

DINÂMICAS, CONFLITOS E MODOS DE VIDA: UM ESTUDO SOBRE AS COMUNIDADES VAZANTEIRAS NO NORTE DE MINAS

**Dynamics, conflicts and modes of life: a study on floating communities in the north of
mines**

**Dinámicas, conflictos y modos de vida: un estudio sobre comunidades vazantes en el
norte de minas**

Hamilton Pimentel Lopes Pires
Universidade Estadual de Montes Claros
pires.hamiltonn@hotmail.com

Robson José Veloso
Universidade Estadual de Montes Claros
robsonvelosoarquitetura@gmail.com

Jelson Luiz Dick
Universidade Estadual de Montes Claros
jelsondick@hotmail.com

João Guilherme Magalhães-Timotio
Universidade Federal de Minas Gerais
j.guilhermemagalhaes@gmail.com

Resumo

Os conflitos socioambientais em estudo dizem respeito às disputas territoriais e dinâmicas socioambientais nos territórios de comunidades vazanteiras no Norte de Minas, devido à implantação de Unidades de Conservação, como condicionantes ambientais ao Projeto Jaíba. Ou seja, dinâmicas sociais que estruturam esse campo ambiental ocupado por vários atores, tais como: comunidades tradicionais vazanteiras (Pau de Léguas, Pau Preto e quilombo da Lapinha), ruralistas e Estado, com perspectivas, identidades e práticas distintas. Objetivo deste trabalho foi analisar os conflitos socioambientais que envolvem a criação das Unidades de Conservação e os direitos territoriais das comunidades tradicionais vazanteiras, quilombolas e pescadoras da região norte do estado de Minas Gerais. A metodologia utilizada para a construção do artigo foi à pesquisa bibliográfica, da qual parte do campo da Ecologia Política, ou seja, que compreende a natureza de forma dialética, enquanto ambiente natural e, ao mesmo tempo, ambiente construído socialmente. Os resultados demonstram que ainda está em curso o conflito ambiental entre as comunidades tradicionais Vazanteiras e as Unidades de Conservação do tipo Unidades de Proteção Integral, sobretudo, Parques Estaduais. Uma vez que essas populações reclamam o seu direito de uso, acesso e ocupação dos seus territórios, apesar de sofrerem com a permanência desses parques que se inserem dentro das estratégias de promoção de áreas de conservação dos recursos naturais como ações de mitigação da degradação ambiental provocada pelos projetos de desenvolvimento agropecuários financiados pelo próprio Estado, neste caso, o Projeto Jaíba.

Palavras-chave: Comunidades Vazanteiras; Conflitos Socioambientais; Projeto Jaíba; Unidades de Conservação.

Abstract

The socioenvironmental conflicts under study are related to territorial disputes and socioenvironmental dynamics in the territories of leaking communities in the North of Minas Gerais, due to the implementation of Conservation Units, as environmental conditions for the Jaíba Project. In other words, social dynamics that structure this environmental field occupied by various actors, such as: traditional pouring communities (Pau de Léguas, Pau Preto and Quilinha da Lapinha), ruralists and the State, with different perspectives, identities and practices. The objective of this work was to analyze the socioenvironmental conflicts that involve the creation of Conservation Units and the territorial rights of traditional pouring, quilombola and fishing communities in the northern region of the state of Minas Gerais. The methodology used for the construction of the article was bibliographic research, from which part of the field of Political Ecology, that is, which understands nature in a dialectical way, as a natural environment and, at the same time, a socially constructed environment. The results show that the environmental conflict between the traditional Vazanteiras communities and the Conservation Units of the Integral Protection Units type, especially State Parks, is still ongoing. Since these populations claim their right to use, access and occupy their territories, despite suffering from the permanence of these parks that fall within the strategies to promote areas of conservation of natural resources as actions to mitigate the environmental degradation caused by agricultural development projects financed by the State itself, in this case, the Jaíba Project.

Keywords: Vazanteiras Communities; Socio-environmental conflicts; Jaíba Project; Conservation units.

Resumen

Los conflictos socioambientales en estudio están relacionados con disputas territoriales y dinámicas socioambientales en los territorios de comunidades con fugas en el Norte de Minas Gerais, debido a la implementación de Unidades de Conservación, como condiciones ambientales del Proyecto Jaíba. Es decir, dinámicas sociales que estructuran este campo ambiental ocupado por diversos actores, tales como: comunidades tradicionales de vertido (Pau de Léguas, Pau Preto y Quilinha da Lapinha), ruralistas y Estado, con diferentes perspectivas, identidades y prácticas. El objetivo de este trabajo fue analizar los conflictos socioambientales que involucran la creación de Unidades de Conservación y los derechos territoriales de las comunidades tradicionales de vertidos, quilombolas y pescadores en la región norte del estado de Minas Gerais. La metodología utilizada para la construcción del artículo fue la investigación bibliográfica, de la cual forma parte del campo de la Ecología Política, es decir, que entiende la naturaleza de manera dialéctica, como entorno natural y, a la vez, entorno socialmente construido. Los resultados muestran que el conflicto ambiental entre las comunidades tradicionales de Vazanteiras y las Unidades de Conservación del tipo Unidades de Protección Integral, especialmente Parques Estatales, continúa. Dado que estas poblaciones reclaman su derecho de uso, acceso y ocupación de sus territorios, a pesar de sufrir la permanencia de estos parques que se encuadran dentro de las estrategias para promover áreas de conservación de recursos naturales como acciones para mitigar la degradación ambiental ocasionada por los proyectos de desarrollo agrícola financiados por el propio Estado, en este caso el Proyecto Jaíba.

Palabras clave: Comunidades vazanteiras; Conflictos socioambientales; Proyecto Jaíba; Unidades de conservación.

Introdução

Há uma multiplicidade de comunidades tradicionais na região norte do estado de Minas Gerais, tais como: vazanteiros, ribeirinhos, indígenas e quilombolas. Sendo que essas populações construíram ao longo dos tempos formas de apropriação, vínculos identitários e conhecimento do ambiente natural, estabelecendo intercâmbios ecológicos e socioculturais e, sobretudo, criando estratégias de reprodução social do seu modo de vida.

Por conseguinte, os povos e comunidades tradicionais podem ser entendidos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias e modos de criar, fazer e viver distintos dos da sociedade em geral, segundo Costa Filho (2013, p. 10).

Além disso, as populações tradicionais estabelecem relações específicas com o seu território e valorizam o princípio da sustentabilidade, pensando na subsistência das gerações atuais e futuras. Isso faz com que esses espaços sejam mais do que terras ou tenham um simples valor de troca, mas assumem a qualificação de território, dada a sua dimensão simbólica.

Visto que as comunidades tradicionais apropriam material e simbolicamente de territórios e utilizam de recursos naturais como possibilidade e condição para a sua reprodução cultural, econômica, ancestral e religiosa.

Ademais, por meio de intercâmbios subjetivos com seus ambientes, esses grupos fazem uso de saberes ecológicos e de manejo sustentável das suas áreas; aproveitam de matérias primas do próprio entorno para fins cosmológicos e atividades rituais; dominam técnicas e métodos tradicionalmente complexos de curas medicinais e são portadores de conhecimentos apurados de botânica, portanto, constroem culturalmente seus próprios lugares sagrados e de memória, de acordo com o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

Sendo assim, os povos tradicionais possuem práticas centenárias de cultivo, pesca e extrativismo vegetal e animal em concordância com a dinâmica ecológica de seu ambiente. Devido a isso, pode-se haver resistência dessas comunidades à lógica “mercadológica”, do modelo de desenvolvimento agroindustrial. Não obstante, também ser possível encontrar algum tipo de relação comercial.

Essas populações tradicionais “agrícola-pesqueiras” vivenciaram e vivenciam injustiças ambientais mediante ao avanço do grande capital e da expansão de projetos agropecuários, dado esses empreendimentos seguirem o modelo que concilia a monocultura, a

mão de obra barata e a expropriação territorial. Além disso, a lógica economicista do capital altera negativamente o sistema produtivo e o ritmo do dia a dia dessas comunidades.

É importante ressaltar que as comunidades tradicionais dos vazanteiras¹ reivindicaram junto à Fundação Palmares o reconhecimento enquanto quilombolas – tendo em vista que tais identidades se complementam –, mobilizando-se para materializar e garantir os direitos políticos territoriais amparados pela Constituição Federal de 1988, esta que resguarda o reconhecimento étnico, a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas e, conseqüentemente, a titulação e regulamentação dos territórios. Também se arranjam no contexto sociocultural, histórico e geográfico do qual estão inseridos.

Considerações

Objetivo deste trabalho foi analisar os conflitos socioambientais que envolvem a criação das Unidades de Conservação e os direitos territoriais das comunidades tradicionais Vazanteiras, quilombolas e pescadoras da região norte do estado de Minas Gerais.

A metodologia utilizada para a construção do artigo foi à pesquisa bibliográfica, da qual parte do campo da Ecologia Política, ou seja, que compreende a natureza de forma dialética, enquanto ambiente natural e, ao mesmo tempo, ambiente construído socialmente.

Dessa forma, os conflitos ambientais em estudo dizem respeito às disputas territoriais e dinâmicas socioambientais nas áreas de florestas tropicais secas – Matas Secas – no Norte de Minas, devido à implantação de Unidades de Conservação do tipo Unidades de Proteção Integral – UPI –, especialmente, parques estaduais, como condicionantes ambientais ao Projeto de Fruticultura Irrigada Jaíba, determinado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, subordinado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, SEMAD.

Estes parques estaduais se introduziram dentro das estratégias de promoção de áreas de conservação dos recursos naturais como ações de mitigação da degradação ambiental provocada pelos projetos agropecuários financiados pelo próprio Estado.

Ou seja, as disputas territoriais nessa região se destacam pela existência de diversas formas de se conceber e se relacionar com o meio ambiente, referindo-se à estruturação das

¹ Para Luz de Oliveira (2005), os residentes dos espaços inundáveis localizados às margens do Rio São Francisco, autodeclararam-se como “Vazanteiros”, pois utilizam das ilhas – conhecidas com terras crescentes – para a lavoura, pesca, criação de animais e extrativismo. Então, caracterizam-se e autoreconhecem-se pela “fluidez, nomadismo e impermanência” das águas, pelo uso das ilhas e, por fim, pela mobilidade das terras firmes. Portanto, a comunidade tradicional “quilombola-vazanteira-pescadora” luta pelo respeito às suas singularidades.

relações entre os distintos atores, suas intenções de uso e sentidos atribuídos a um mesmo território em conflito.

Tendo em vista o que foi dito, o conceito de conflitos ambientais territoriais é fundamental para o estudo proposto. Segundo Acsehrad (2004), os conflitos ambientais se referem às tensões sociais entre diferentes grupos com posicionamentos distintos que disputam o acesso ao território. Também competem entre si para apropriar, usar e classificar esses espaços. Tendo, assim, surgido quando pelo menos um dos envolvidos tem a permanência das suas formas sociais de apropriação do meio em situação de ameaça por impactos ambientais.

Essa abordagem define quatro dimensões constitutivas do conflito ambiental: *apropriação material*, *apropriação simbólica*, *durabilidade* (da base material necessária à continuidade de determinadas formas sociais de existência) e *interatividade* (ação cruzada de uma prática espacial sobre outra) – que seriam essenciais para apreender a dinâmica conflitiva própria aos diferentes modelos de desenvolvimento (ACSELRAD, 2004).

A partir de Zhouri e Laschefski (2008, p. 23) a categoria de conflitos ambientais territoriais pode ser entendida como: disputas territoriais entre grupos distintos com visões de mundo, identidades e pretensões culturais diferenciadas sobre o mesmo recorte espacial, materializando-se em contextos específicos em que há sobreposições de reivindicações.

Portanto, ainda está em curso o conflito ambiental entre as comunidades tradicionais Vazanteiras e as Unidades de Conservação do tipo Unidades de Proteção Integral, sobretudo, Parques Estaduais. Uma vez que essas populações reclamam o seu direito de uso, acesso e ocupação dos seus territórios, apesar de sofrerem com a permanência desses parques que se inserem dentro das estratégias de promoção de áreas de conservação dos recursos naturais como ações de mitigação da degradação ambiental provocada pelos projetos de desenvolvimento agropecuários financiados pelo próprio Estado, neste caso, o Projeto Jaíba.

Referências

ACSELRAD, Henri; CAMPELLO, C.; BEZERRA, G. *O que é Justiça Ambiental*. 1ª ed. RJ. Garamond, 2009.

ACSELRAD, Henri; CAMPELLO, C.; BEZERRA, G.. Conflitos Ambientais – a atualidade do objeto. In: *Conflitos Ambientais no Brasil*. Fundação Heinrich Boll. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2004. p. 8-11.

BRASIL, *Decreto n. 6.040, art. 3º, §1º, de 7 de fevereiro de 2007*. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Lex: Legislação Federal e Marginalia.

COSTA FILHO, Aderval. *Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Organizado por: Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social (CIMOS) - Ministério Público de Minas Gerais, 2013.

LUZ DE OLIVEIRA, Cláudia. 2005. *Os Vazanteiros do Rio São Francisco: Um Estudo sobre Populações Tradicionais e Territorialidades no Norte de Minas Gerais*. Belo Horizonte (Dissertação de Mestrado).

ZHOURI, Andrea ET AL In. *Processos Socioambientais nas Matas Secas do Norte de Minas: políticas de conservação e os povos do lugar*. MG Biota, p.v.1, n.2, Belo Horizonte: Instituto Estadual de Florestas. Jun/jul 2008.